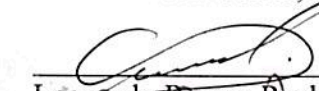
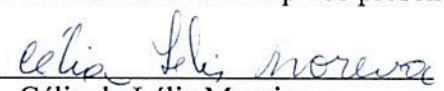


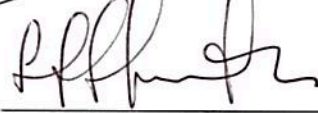
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e treze, às quinze horas, na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, situada à Rua Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia, capital, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio da Previdência Social – RPPS, do Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita por e-mail pelo Presidente e publicação no Diário Oficial do Município – DOM. Presentes os seguintes conselheiros: Leonardo Pessoa Paolucci, Presidente; Lucy Fátima de Assis Freitas, Beatriz de Oliveira Góes, Afonso Celso Renan Barbosa, Sidnei Bispo, Gleison Pereira de Souza, Célia de Lélis Moreira, Israel Arimar de Moura, Nivaldo Lara Arruda, Ângelo Augusto Flores de Carvalho, Márcia Cristina Ferreira do Carmo e Wanderson Paiva Rocha. Também presentes, Márcio Almeida Dutra, Roberta Ester Senna, Marcelle Matilde Tufi Santos e Alexandre Fonseca Dias, servidores da Unidade Gestora Única do RPPS. Leonardo Paolucci fez a abertura da reunião às 15h20 com a leitura dos pontos de pauta. Após, Israel Arimar citou o e-mail do Ângelo Flores sobre a condução da votação da reunião anterior, referente à contratação dos serviços de bombeiro e eletricitista para o imóvel de Lagoa Santa. Agora, Ângelo Flores e Nivaldo Lara deixaram claro que não foram consultados na votação. Márcio Dutra esclareceu que o voto declarado na reunião não poderia ser ponto de modificação. Ângelo Flores disse que queria apenas fazer um alerta para que nas próximas votações a declaração do voto transcorra de forma mais tranquila, porém reconheceu que Márcio Dutra se esforçou para obter o voto nominal de cada Conselheiro. Assim, a ata foi aprovada. O segundo ponto de pauta foi a proposta de calendário para as reuniões ordinárias, com datas e pautas. Márcio Dutra comentou a publicação da convocação da reunião do Conselho no DOM e solicitou aos Conselheiros ler e reler o Regimento Interno para melhor entendimento das regras. Israel Arimar sugeriu a alteração de data da reunião de agosto para o dia 13/08, o que todos concordaram. Afonso Celso pediu para registrar a possibilidade de alteração da pauta, para a inclusão de novos assuntos, quando necessário. Então, Israel Arimar pediu para alterar também a pauta da reunião de agosto e incluir a questão dos fiscais integrados. Célia de Lélis pediu para incluir também a discussão do reajuste sobre a incorporação das 40 horas, extensão de jornada, jornada complementar, dobra, bem como alteração da contribuição dos servidores em licença sem vencimentos na Lei 10.362/11. Gleison Pereira afirmou que tais temas deveriam ser tratados na Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos enquanto Israel Arimar e Célia de Lélis disseram que, na campanha salarial, foram informados que tais temas seriam tratados no âmbito do Conselho de Administração. Márcio Dutra pediu a palavra para afirmar que alguns destes pleitos deveriam ser tratados na Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária. Célia de Lélis pediu para registrar em ata que uma das solicitações é a manutenção do reajuste dos aposentados sem paridade conforme negociado. Israel Arimar explicou que um dos papéis do Conselho é gerir os recursos previdenciários destinados ao pagamento das aposentadorias e pensões e, por isto, entende que este tema deve ser discutido dentro do Conselho. Célia de Lélis e Israel Arimar solicitaram que os pontos de pauta sugeridos por eles fossem incluídos nas próximas reuniões de Conselho e, se fosse necessário, se fizesse uma reunião extraordinária. Dessa maneira foi feita alteração da pauta para a próxima reunião ordinária com os seguintes assuntos: 1. Aprovação da ata da reunião anterior; 2. Discussão sobre Minuta de Projeto de Lei; 3. Discussão da jornada de 40 horas e outras com reflexo na aposentadoria; 4. Discussão sobre o reajuste dos fiscais aposentados com direito à paridade e 5. Análise do demonstrativo previdenciário do 1º bimestre. O calendário foi refeito com as alterações e apresentado a todos, com aprovação por unanimidade. Passou-se para Análise da Política de Investimentos, com apresentação de Alexandre Dias. Após, Wanderson Rocha ponderou que o Conselho de Administração aprovou a política de investimentos. Dessa maneira indaga: não haveria necessidade de referendar toda alteração que houvesse, considerando a aplicação recente em CDI? Márcio Dutra explicou que a Unidade Gestora manteve a mesma política aprovada pelo Conselho, pois fez alteração dentro do segmento de renda fixa. Israel Arimar questionou se o Banco do

24

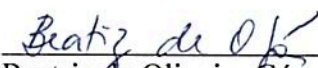
Brasil seria a instituição apropriada para apresentar a análise de investimentos conforme feito na reunião passada, considerando ser ele o gerenciador dos recursos da Previdência Municipal, podendo assim, emitir alguma opinião que não fosse a melhor para o RPPS. Márcio Dutra explicou que o Conselho já aprovou a contratação de uma consultoria financeira independente, ainda não efetuada por entraves burocráticos. A apresentação do Banco do Brasil serviu apenas para esclarecer o cenário econômico e financeiro atual. Leonardo Paolucci explicou que para a contratação da consultoria foi necessário licitar e, que, o Banco do Brasil não deveria ser contratado, por haver conflito de interesses. Lucy Fátima trouxe a opinião do Conselheiro Marcelo Piancastelli, para que se fizesse um estudo da possibilidade de diversificação das aplicações do RPPS, estudando outras opções de investimento como em imóveis ou construções em lotes próprios. Ângelo Flores mencionou que se fosse o gestor do Fundo faria um HEAD. Wanderson Rocha solicitou que nas próximas apresentações fosse mostrado o resultado das aplicações. Sidnei Bispo questionou o motivo da volatilidade do mercado, o que foi explicado pela Marcelle Tufi como sendo de vários fatores como inflação, resgate dos investidores internacionais, etc. O próximo ponto de pauta foi a apresentação do demonstrativo previdenciário do 6º bimestre de 2012, por Marcelle Tufi. Em seguida, Nivaldo Lara questionou se a despesa dos benefícios previdenciários apresentada em dezembro de 2012 foi uma média do ano inteiro. Márcio Dutra explicou que não foi uma média, foi o valor efetivo dispendido no ano e lançado em dezembro. Márcio Dutra se comprometeu em apresentar esses relatórios. Israel Arimar perguntou por que o FUFIN é deficitário e Márcio Dutra disse que pode ser vários motivos e citou como exemplo a evolução das alíquotas de contribuição do Regime, que iniciou em 1937 com 3% para os servidores e a prefeitura e hoje é de 11% e 22% respectivamente. Ângelo Flores acrescentou que as reformas constitucionais tornaram as regras mais rígidas para a aposentadoria exigindo critérios como tempo de contribuição cumulativamente com idade e que antes, as regras mais benevolentes favoreciam as aposentadorias precoces, o que acarretava em déficit do Fundo Previdenciário. Os trabalhos foram encerrados às dezessete horas e quinze minutos. Nada mais a ser tratado, eu, Roberta Ester Senna, layrei a presente ata que deverá ser assinada pelos presentes.

  
Leonardo Pessoa Paolucci

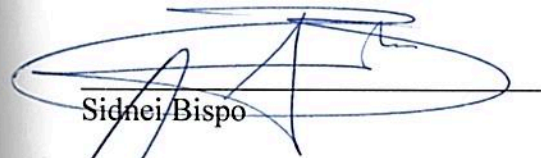
  
Célia de Lélis Moreira

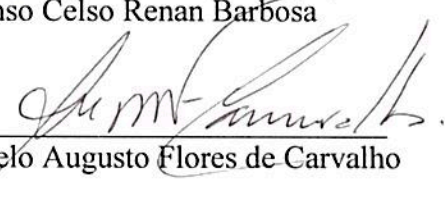
  
Lucy Fátima de Assis Freitas

  
Israel Arimar de Moura

  
Beatriz de Oliveira Góes

  
Afonso Celso Renan Barbosa

  
Sidnei Bispo

  
Ângelo Augusto Flores de Carvalho

  
Gleison Pereira de Souza

  
Márcia Cristina Ferreira do Carmo

  
Nivaldo Lara Arruda

  
Wanderson Paiva Rocha